

R\$ 612,8 bilhões em benefícios

Caiado promete rever. A redução de 10% já está em vigor, mas não alcança todo o universo.

O que foi prometido

PRIMEIROS MESES

publicar o chamado Orçamento da Verdade.

REVISÃO

exigir prazo, objetivo, beneficiário, custo, contrapartida e avaliação independente.

DECISÃO

reduzir ou encerrar benefícios sem resultado ou incompatíveis com prioridades nacionais.

Universo não é economia

R\$ 612,8 bi

é a projeção de gastos tributários para 2026.
Trata-se de receita que deixa de ser arrecadada por vários regimes e políticas.

10% = R\$ 61,28 bi

é apenas uma multiplicação bruta. Não representa economia prevista nem arrecadação comprovada.

O que já virou lei

10%

de redução em diferentes modalidades de benefícios federais, conforme a forma de cálculo de cada incentivo.

REGRA VIGENTE

A Lei Complementar nº 224 também exige prazo, metas de desempenho, transparência e avaliação para novas concessões e prorrogações.

A redução tem exceções

- imunidades constitucionais
- Zona Franca de Manaus e áreas de livre comércio
- cesta básica nacional
- Minha Casa, Minha Vida e Prouni
- CPRB e políticas de tecnologia e semicondutores

O problema de avaliação

R\$ 396,2 bi

em gastos tributários do PLOA 2025 estavam sem avaliação nos cinco anos anteriores, segundo auditoria do TCU.

O QUE FALTA NO PROGRAMA

lista de benefícios, meta de economia, tratamento das exceções, projetos de lei necessários e cronograma de decisões.

Execução em 4 anos

AMARELO

6/10

A base jurídica e os instrumentos de avaliação existem, mas o programa não fixa lista, economia esperada ou cronograma para cada revisão.

PARCELAS

Jurídica 1 | Financiamento 2 | Administração 1 | Técnica e economia 1 |
Cronograma 1

Nota provisória, confiança baixa.

Avaliação editorial, não probabilidade estatística.